

A defesa dos direitos humanos no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985): a presença da Teologia da Libertação e da Arquidiocese de São Paulo*

LANZA, Fabio²
GUIMARÃES, Luiz Ernesto³
MORAIS, Edson Elias de⁴
SILVA, Claudia Neves da⁵

Resumo:

O presente artigo aborda as contribuições da Teologia da Libertação latino-americana, a partir de 1960, especificamente na Arquidiocese de São Paulo e a luta pelos direitos humanos (ONU-1948). A pesquisa realizada nos documentos oficiais da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e da Arquidiocese de São Paulo, por meio de seu jornal O São Paulo, e da pesquisa oral com suas lideranças clericais, foi percebido que muitos militantes e religiosos enfatizaram os dilemas sociopolíticos da época em suas análises e promoveram ações de enfrentamento ao poder militar estabelecido com o Golpe de 1964. Ainda, sob o arcebisado do cardeal Arns, a Igreja adotou o discurso de defesa e difusão dos direitos humanos como forma legal de questionar a política de Segurança Nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia das religiões; Teologia da Libertação; Direitos Humanos (ONU).

Introdução

Nas últimas décadas a partir de 1950, houve uma revalorização dos aspectos sagrados, sobrenaturais ou sobre-humanos na sociedade brasileira. Muitos templos religiosos se enchem de fiéis e inúmeras organizações religiosas foram constituídas, como exemplos citamos as expansões das igrejas pentecostais, neopentecostais e carismáticas católicas no Brasil.

Com a perspectiva de perceber o estreitamento da relação estabelecida entre os indivíduos e a religiosidade no passado recente do Brasil, nosso enfoque de pesquisa privilegiou um estudo sobre as formulações em torno da Teologia da Libertação, dos clérigos católicos paulistanos e da resistência à Ditadura Militar (1964-1985) relacionando-os com difusão e defesa da Declaração Universal dos

* Resultado das pesquisas realizadas junto aos Projetos de Pesquisa “Religião e Política em Londrina-PR: O Discurso-memória das Lideranças Religiosas”, ao Programa de Iniciação Científica do CNPq vinculado à Universidade Estadual de Londrina (UEL) e ao Projeto de pesquisa “A Ditadura Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica Arquidiocese de São Paulo (1964-1985)” vinculado à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca), concluído em 2001.

² Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP), graduado em Ciências Sociais (Unesp-Araraquara), professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UEL – Londrina/PR. Centro de Letras e Ciências Humanas – CLCH na Rodovia Celso Garcia Cid | Pr 445 Km 380 | Campus Universitário, Cx. Postal 6001 | CEP 86051-980 | Londrina - PR End. Eletrônico: lanza1975@gmail.com.

³ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Unesp-Marília, bacharel em Teologia e bacharel/licenciado Ciências Sociais. Professor Colaborador do Departamento de Ciências Sociais da UEL. End. Eletrônico: pr.ernesto@gmail.com.

⁴ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Bacharel em Teologia pela Faculdade Teológica Sul Americana; Bolsista CAPES. Participante do projeto “Religião e Política em Londrina-PR: O Discurso-memória das Lideranças Religiosas”, sob orientação do Prof. Dr. Fabio Lanza. End. Eletrônico: edson_londrina@hotmail.com.

⁵ Doutora em História (UNESP-Assis), graduada em Ciências Sociais e Serviço Social (UFRJ), professora adjunta do Departamento de Serviço Social da UEL – Londrina/PR. End. Eletrônico: claudianeves@sercomtel.com.br.

Direitos Humanos promulgada pela ONU (1948). Ratificando esse estudo que visou destacar as contribuições e o diálogo entre as Ciências Sociais, o pensamento social vinculado às formulações da Teologia da Libertação e a defesa dos direitos humanos, destacamos Scott Mainwaring ao expor que

a presença da Igreja [católica] na política brasileira tem sido marcante. Vinculada ao Estado e às classes dominantes até 1964, entrou em sérios atritos com o Estado durante as duas décadas de governo militar. Durante o período de maior repressão (1968-1974), a Igreja, com frequência, era a única instituição com suficiente autonomia política para criticar o regime autoritário e para defender os direitos humanos (MAINWARING, 1989, p. 9).

Dessa forma, a exposição a seguir expõe os resultados da pesquisa documental e oral vinculadas às ações da Arquidiocese de São Paulo e dos seus clérigos, sob a gestão do Cardeal Dom Paulo E. Arns, quando ocorreram processos de enfrentamento, resistência e denúncias de desrespeitos aos direitos humanos.

Teologia da Libertação, Ditadura Militar (1964-1985) e a Igreja Católica de São Paulo

Uma parte da hierarquia da Igreja Católica apoiou o Golpe de Estado em 31 de março de 1964, chamado pelos militares de “Revolução de 1964”, contra o Presidente João Goulart (1961-1964). Estas lideranças organizaram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que foram amplamente noticiadas e tiveram grande impacto juntamente com a Campanha Anticomunista, expressando a convivência da maior parte do clero com a ordem política que se estabelecia.

A partir do final dos anos de 1960 e início da década de 1970, segmentos da hierarquia da Igreja Católica começaram a mudar seu posicionamento frente à ditadura militar. Passaram a confrontar as atitudes desumanas, que infringiam os aspectos associados à Declaração Universal dos Direitos Humanos, promovidas pelas ações militares e para-militares, características do período, e a enfrentar “o Estado e as classes dominantes, criticando seu sistema econômico, sua ideologia e sua política impiedosa” (ROMANO, 1979, p. 251).

Dentro da perspectiva colocada pelos adeptos da Teologia da Libertação frente à ditadura militar, podemos destacar como dado da realidade a Arquidiocese de São Paulo sob o arcebispado de Dom Paulo Evaristo Arns (01.11.1970 - 14.04.1998).

Com a implantação da “linha dura” pelos militares após 1967, intensificaram-se as perseguições e torturas aos componentes dos movimentos populares, das organizações estudantis, dos movimentos contestatórios, sindicatos, ligas camponesas, partidos de esquerda e todos quantos se opusessem à ditadura militar.

No entanto, é possível observar que, com o endurecimento das relações entre o Estado, defensor da “Segurança Nacional”, e a oposição política, o conjunto da hierarquia católica, inclusive grande parte do episcopado, passou a posicionar-se contra a “nova ordem” do medo, das perseguições, das torturas que se estabeleciam enfaticamente a partir de 1967 e 1968, com a supressão dos direitos políticos, de liberdade de expressão e organização, destacando a promulgação do Ato Institucional n.º 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968, no governo do General Costa e Silva e o fechamento do Congresso Nacional.

É inegável que havia um processo de polarização em curso dentro da Igreja católica brasileira, segundo Mainwaring

as tensões internas da Igreja nunca foram piores que durante o período de 1964-1970. Por um lado, a direita católica se engajava em polêmicas com os

progressistas. Intelectuais católicos de direita, como Gustavo Corção, frequentemente criticavam os católicos progressistas, tendo em Dom Hélder Câmara o alvo especial. Em casos isolados, os bispos conservadores emitiram declarações públicas polêmicas criticando os progressistas. Em 1968, durante a Assembleia Geral da CNBB, 17 bispos enviaram uma carta ao presidente Arthur da Costa e Silva, declarando publicamente estar em desacordo com os bispos progressistas, emprestando o apoio ao regime. [...] Por outro lado, apesar da orientação conservadora da CNBB, as atividades pastorais progressistas nas bases espalharam-se por todo o país. (MAINWARING, 1989, p. 192)

Os Bispos do Centro-Oeste, alinhados na abordagem progressista e vinculados à novas formulações da Teologia da Libertação, afirmaram que o Brasil possuía

... uma economia concentrada e um poder centralizador... Quanto ao controle da ordem, exercido pelo Governo, pelas Forças Armadas e pela polícia, vê-se todos os dias o que ocorre: toda manifestação é reprimida...; em nome mesmo da liberdade de iniciativa, suprime-se a liberdade pessoal e mesmo a liberdade de uma grande parte do povo (CNBB, 1974, p. 1002).

A parte progressista e popular da Igreja Católica tornou-se uma instituição imprescindível à parcela da sociedade que se opôs a ditadura militar, servindo como forma de “resistência civil à opressão dos aparatos policiais e militares do Estado” (SINGER, 1983, p. 59). Michael Löwy considerou a Igreja Católica “como a principal adversária da ditadura” (LÖWY, 1991, p. 55), levando-a a ser acusada pelos militares de subversiva, inspirada no marxismo e opositora do progresso e da modernização.

É importante destacar que o envolvimento da Igreja Católica nos movimentos de contestação ocorreu de maneira direta e indireta. Como exemplo, tem-se a participação da Igreja na Greve dos Metalúrgicos do ABC paulista em 1979 e 1980, em que Dom Cláudio Hummes, bispo da Diocese de Santo André, expôs em uma carta aos Bispos do Brasil seu apoio ao movimento grevista, “porque suas reivindicações eram justas e seus métodos pacíficos” (MORAIS, 1982, p. 69).

O movimento sindical dos metalúrgicos no ABC paulista sofria intervenção federal em suas sedes e a prisão de suas lideranças, consequência da repressão promovida pelo Estado. A Greve dos Metalúrgicos era parte de uma campanha salarial contra o baixo salário mínimo determinado pela política econômica do governo, porque ele levaria a maioria da população a um forte empobrecimento.

Por meio do jornal O São Paulo, da Arquidiocese de São Paulo, o cardeal Arns confirmou seu posicionamento contrário à política trabalhista do governo federal:

Em entrevista coletiva, D. Paulo Evaristo Arns, o bispo de Santo André, D. Cláudio Hummes e o bispo da Regional I da CNBB, D. Mauro Morelli, situaram o problema da greve dos metalúrgicos do ABC. “Penso que o momento não é de ameaça, mas de busca de uma solução”, disse Dom Paulo a uma pergunta sobre as ameaças feitas pelo ministro Said Farhat, da Secretaria das Comunicações do Planalto, dizendo que os padres também são passíveis de enquadramento nas leis. Para D. Paulo os três passos seguintes seriam estes: 1) libertação dos presos (entre eles o líder sindical Lula); 2) deixar os trabalhadores se reunir; 3) negociação entre os trabalhadores e os patrões. Enquanto isso, a Igreja faz todo tipo de contato para tentar contornar a crise (O São Paulo - Manchete, ano XXIV, n. 1.259, 25 abr. 1980, p. 1).

Com muita clareza sobre a importância do apoio dado pela Igreja ao Movimento Operário naquele momento, em entrevista Dom Paulo afirmou:

depois de 78, 79, nós estávamos muito ligados a todos os sindicatos dos trabalhadores, e principalmente do ABC, mas também de São Paulo, então nós abrimos os salões de nossas paróquias pra que eles pudessem reunir-se porque as sedes deles tinham sido fechadas [...] Então, depois de 79, é que nós cedemos os salões, mas sempre dizendo que dois ou três membros da comunidade deviam estar presentes, para que o povo, assim, fosse envolvido e também para que não dissessem que era uma concessão secreta. Era aberta, da comunidade (ARNS, 1998).

Na Igreja da região industrial do ABC paulista vizinha da Arquidiocese de São Paulo, o bispo da Diocese de Santo André, Cláudio Hummes, declarou em seus discursos uma postura pública contra a ditadura militar e também colocou à disposição do Sindicato dos Metalúrgicos a estrutura física das paróquias para realização das assembleias e reuniões no final da década de 1970.

Com as contribuições de Bourdieu (1983), sobre a teoria dos campos, é possível identificar que parte da Igreja se posicionava contra a desumanidade e a violação dos Direitos Humanos praticadas pelos militares e, inclusive, passou a ser suporte para os movimentos contestatórios à ditadura.

É a partir dessa abordagem teórica de Bourdieu e nesse contexto que podemos entender as atuações de Dom Helder Câmara em Recife e Olinda (Pernambuco), junto à população empobrecida nas periferias urbanas, e de Dom Pedro Casaldáliga, em São Félix do Araguaia (Mato Grosso), com os trabalhadores rurais em oposição aos latifundiários. Outro exemplo foi a histórica participação dos padres na Igreja de Nossa Senhora da Candelária no Rio de Janeiro, em 04 de abril de 1968, quando encerravam a celebração solene pela morte do estudante Édson Luís, vitimado pela ação dos militares no restaurante universitário apelidado de Calabouço. Eles fizeram um cordão humano para proteger os participantes do embate com a Tropa de Choque da Polícia, que aguardava a saída das pessoas para dispersá-las violentamente.

Essa posição de crítica à ditadura que parte da Igreja assumiu já havia sido ratificada em 04 de dezembro de 1968, quando a CNBB publicou uma nota em protesto às prisões de religiosos ocorridas em Belo Horizonte e Recife (MORAIS, 1982, p. 60). Esse documento foi o primeiro dentre vários que a hierarquia católica publicou contra a opressão e a violência.

Observa-se que esses documentos enfatizavam uma ruptura com a ordem militar vigente. “(...) A Igreja hierárquica sente a dor humana e denuncia, quando ela é engendrada pela iniquidade. Mas a denúncia social como a dor física são sintomas e alarmes de vida. Só o cadáver não reclama da erosão que o corrompe” (CNBB In: MORAIS, 1982, p. 50).

Quando parte significativa do clero começou a explicitar as atrocidades ocorridas nos porões da ditadura militar, ganharam destaque aspectos que permitiram a indignação contra as atitudes e os métodos utilizados pelos militares contra quaisquer opositores.

O Documento de Brasília (27/05/1970), da XI Assembléia Geral da CNBB; o Documento de Brodósqui (08/06/1972), intitulado “Testamento de Paz”; o texto “Marginalização de um Povo: o grito das Igrejas” (06/05/1973), da Sub Regional do Centro-Oeste; o texto “Eu ouvi os clamores de meu povo” (05/1973) da Sub-Regional do Nordeste II; todos eles deixavam claros o descontentamento e a denúncia da maior parte da hierarquia da Igreja contra as práticas militares para a manutenção do *status quo*.

Ao contrário da perspectiva da “Igreja dos Pobres”, parte da Igreja Católica, que representa classes sociais abastadas e de um perfil conservador, dirigia-a desde a segunda década do século XX, realizando um projeto que

...resultava não apenas das diretrizes do Vaticano, então preocupado em sustar o florescimento dos movimentos operários de esquerda na Europa, mas também da tomada de consciência por parte do episcopado brasileiro da crise com que se defrontavam os grupos dirigentes oligárquicos. Ao mesmo tempo que procuravam reformar as obras tradicionais de caridade, as associações leigas..., os altos dignitários do clero se empenharam em preservar e expandir a presença da Igreja em áreas estratégicas como o sistema de ensino, a produção cultural, o enquadramento institucional dos intelectuais, etc. Em troca da manutenção de seus interesses em setores onde a intervenção do Estado se fazia sentir de modo crescente (o sistema educacional, o controle dos sindicatos, etc), a Igreja assumiu o trabalho de encenar grandes cerimônias religiosas das quais os dirigentes políticos podiam extrair amplos dividendos em termos de popularidade (MICELI, 1979, p. 51).

Todavia ao longo da década de 1970 houve uma redução dos conflitos internos na hierarquia da Igreja católica brasileira, segundo o brasilianista Scott Mainwaring porque ocorreu

o declínio dos integralistas católicos. No início da década de 70, a Sociedade pela Tradição, Família e Propriedade (TFP), a mais virulenta expressão da direita católica, vivenciara o mesmo destino que a esquerda católica tivera anteriormente: foi marginalizada porque os bispos sentiam que sua presença e suas ações minavam a coesão da Igreja. Dom Eugênio Sales, figura chave nas sanções contra a JUC e um bispo conhecido por suas relações de proximidade com o regime, criticou o movimento [progressista e suas ações] em 1970 e Dom Ivo Lorscheider, presidente da CNBB, castigou-o em 1971. Em fevereiro de 1972, na declaração “Unidade e Pluralidade na Igreja”, a CNBB condenava as ações da TFP e de outros grupos da direita e na Assembleia Geral da CNBB de 1973, os bispos declararam que a TFP destruía a unidade eclesial. O declínio da direita católica também foi decorrência da aposentadoria dos bispos que apoiavam essa concepção ultraconservadora do catolicismo. Os dois últimos, Dom Geraldo Proença Sigaud (Diamantina, Minas Gerais) e Dom Antônio de Castro Mayer (Campos, Rio de Janeiro), aposentaram-se em 1980 e 1981 (MAINWARING, 1989, p. 193).

Dentro dessa conjuntura, foi possível caracterizar o empenho dos editores d’O São Paulo, sob a tutela institucional do Cardeal Arns, em manter sua abordagem jornalística mesmo diante da repressão militar e do cerceamento da liberdade. Ainda com esse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi publicada na edição d’O São Paulo com a seguinte epígrafe:

A 10 de dezembro de 1948, a Assembléia-Geral das Nações Unidas adotou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Esta Declaração foi assinada por todos os países membros das Nações Unidas, da qual o Brasil faz parte.

Na ocasião, a Assembléia solicitou a todos os signatários que divulgassem o texto, “sem fazerem distinção nenhuma baseada na situação política dos países ou territórios”. “Espaço Jovem” atende a pedidos de muitos membros de grupos jovens publicando alguns artigos. A Declaração tem 30 artigos ao todo. [...]

Art. III. Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. [...]

Art. V. Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. [...]

Art. XX. Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas [...]

Art. XXX. Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos. (Espaço Jovem In O São Paulo, ano XVII, n. 856, 1 jul de 1972, p. 5).

Quando os censores não estavam atentos, tendo em vista que O São Paulo sofria censura prévia, a equipe de edição não titubeava e publicava matérias⁶ que eram contrárias ao *status quo*.

Dessa forma, ficou clara a oposição da Igreja contra aspectos da ditadura militar conforme o que Dom Paulo Evaristo Arns, declarou em uma entrevista concedida no dia 17 de dezembro de 1998 na Igreja do Largo São Francisco. Em seu discurso há uma estratégia política que dissocia a estrutura política ou o sistema político vigente da Igreja Católica. Assim, os embates ocorridos entre os clérigos e os representantes do estado militarizado são motivados por questões humanitárias e não político-partidárias ou político-ideológicas. Quando foi questionado se a Igreja tomou uma posição contrária ao regime militar⁷ em determinado momento, respondeu:

Não, a Igreja de São Paulo foi desde o primeiro dia contra as torturas, as prisões, e tudo que havia de arbitrariedade, nós não nos omitíamos, por isso discutir, ver qual era o melhor regime, isso era com os leigos, mas os religiosos sempre disseram, defenderam a integridade da pessoa humana, dos direitos humanos, chegamos a publicar um milhão e quinhentos mil exemplares da Declaração Universal dos Direitos Fundamentais do Homem.(ARNS, 1998).

Foi nesse contexto que o semanário O São Paulo - publicação oficial da Arquidiocese - rompeu com o consenso desejado pelos militares. “Que fizeram os militares? Começaram a tentativa de silenciar a Igreja, e é nesse período [...] que a Igreja começou a sofrer e ser censurada” (Pereira, 2001). Este cerceamento se deu tanto com a censura prévia instalada n’O São Paulo como com o fechamento da Rádio 9 de Julho, em 1973, porque possuíam uma prática subversiva aos militares que governavam o Brasil. Nesse sentido,

⁶A partir dessa perspectiva ideológica que orientava a posição jornalística do semanário é possível observar, como novos exemplos, os seguintes títulos: Juventude, Moral e Lei, TV na Favela (EDITORIAL, 12 jan. 1973); Nova Batalha pela Universidade (MANCHETE, 27 jan. 1973); Cardeal Arns em Curitiba: a todos os operários respeito e gratidão (MANCHETE, 5 maio 1973); Desenvolvimento Econômico e Social na Justiça, no Respeito aos Direitos Humanos e na Fidelidade ao Cristianismo (MANCHETE, 1 set. 1973); Libertados os Dominicanos (MANCHETE, 6 out. 1973); Uma Igreja Importuna mas Presente (EDITORIAL, p. 3, 13 out. 1973) e ainda, dezenas de matérias e editoriais sobre direitos humanos e políticos na década de 1970.

⁷ A utilização da expressão “regime militar” foi um cuidado epistemológico para não direcionar ao sujeito que estava no processo de entrevista as concepções prévias dos pesquisadores, que seriam de fácil percepção se fosse utilizada a expressão ditadura militar.

Pode-se observar que os defensores da ordem estabelecida tendem a qualificar as idéias “subversivas” de impraticáveis e irrealistas, o que, aliás, não os impede de combatê-las com um ardor que só se justifica pelo medo de que elas possam ser realizadas a qualquer momento. (SZACHI, 1972, p. 4).

A Declaração dos bispos brasileiros, reunidos na XII Conferência da CNBB em 1973, ratificou os posicionamentos e discursos da Igreja Católica de São Paulo e deixou clara a insatisfação e a oposição ao caráter explosivo que a repressão militar adquiria. “A Igreja não subestima a necessidade de tranquilidade e ordem pública, [...] mas se os meios são desumanos, constituem um preço que nenhum governo pode pagar sem aceitar sua autodestruição” (KRISCHKE, 1979, p. 72). A hierarquia católica publicou vários documentos contra a opressão e a violência e em favor dos direitos humanos, evidenciando, assim, seu compromisso com os perseguidos políticos e lideranças populares.

Os bispos Dom Angélico Sândalo Bernardino⁸, Dom Benedicto Ilhôa Vieira⁹ e Dom Antônio Celso de Queiroz¹⁰ foram auxiliares do arcebispo Cardeal Arns na administração da Arquidiocese de São Paulo e ao serem entrevistados registraram em seus discursos elementos que associam a figura do arcebispo com a realização das ações contra a ditadura em favor da defesa dos direitos humanos:

... mas o Cardeal Dom Paulo, em nome da Igreja de Jesus Cristo foi o que fez o trabalho do Samaritano, que cuidou do homem caído na estrada e, o que a gente fez e os outros padres, bispos e tudo ao lado do Senhor Cardeal, foi assim, um problema de Igreja para nós, um problema de salvar a dignidade humana e a liberdade (...) o Cardeal era o grande defensor, desses torturados ... (VIEIRA, 2000).

o Brasil tem uma dívida enorme [com o cardeal Arns pela] defesa dos ideais democráticos, que andou pelos porões das prisões para visitar padres e militantes, um homem que acolheu, na Cúria Arquidiocesana de São Paulo na Avenida Higienópolis, presos políticos, seus familiares e lhes deu o melhor apoio, que estabeleceu aqui a Comissão de Justiça e Paz, que apoiou a formação da Pastoral dos Direitos Humanos, que é Dom Paulo Evaristo ... (BERNARDINO, 1999).

... e quando surgiu rumor e as denúncias de torturas, aí Dom Paulo tem um mérito imenso, porque aí ele constatou, ele foi conversar com os que tinham sido torturados, aí o testemunho dele foi fundamental nisso daí, então a CNBB começou a ter segurança para começar a denunciar a tortura ... (QUEIROZ, 1999).

⁸Ingressou na vida sacerdotal cursando Filosofia em São Paulo. O curso de Teologia foi feito em Viamão (RS), onde também cursou Comunicação. Concluindo sua formação sacerdotal, atuou em Ribeirão Preto e trabalhou sempre na área de comunicação. A sua nomeação episcopal ocorreu em 12 de dezembro de 1974, e a sua ordenação episcopal para São Paulo, em 25 de janeiro de 1975, passando a ocupar o cargo de diretor do jornal da Arquidiocese de São Paulo *O São Paulo*. Atuou como bispo auxiliar da Região Episcopal Brasilândia (SP) (LANZA, 2001).

⁹ Dom Benedicto de Ulhôa Vieira (09.10.1920), foi ordenado sacerdote em São Paulo em 08.12.1948 por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta após os estudos no Seminário Central do Ipiranga em São Paulo. Sua Ordenação Episcopal aconteceu em 25.12.1972 e passou a atuar como Bispo Auxiliar em São Paulo até 1978. (LANZA, 2001).

¹⁰ Foi presbítero na Arquidiocese de Campinas até 1975. Cursou seus estudos de formação sacerdotal em Campinas, São Paulo, e os concluiu na Espanha, onde iniciou suas atividades como padre em 1960. Posteriormente, voltou a Campinas e começou a trabalhar na Universidade Católica, ministrando as disciplinas Doutrina Social da Igreja e Pensamento Social Cristão, entre outras. Atuou como bispo auxiliar (1975-2000) e foi secretário-geral da CNBB de 1988 a 1995 (Lanza, 2001).

Como é possível observar nas citações acima, a matriz que direcionava as ações da Arquidiocese de São Paulo não percorria outro caminho, estava vinculada a defesa e difusão dos direitos garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU-1948) em que o Brasil foi signatário.

Essa perspectiva desenvolvida por Dom Paulo foi interrompida pelo Papado de João Paulo II, tanto que “a presença do Papa abriu também uma tensão latente ao longo destes anos: não teria a Igreja no Brasil deixado de lado sua missão estritamente religiosa, dedicando-se em demasia a questões de ordem temporal?” (Beozzo, 1981, p.140-141). Percebemos que o processo histórico da Igreja católica no final do século XX teve que articular na disputa anseios locais e vaticanistas:

Ora bem, enquanto a Igreja brasileira consolidava uma missão pastoral com as características já descritas e ganhava autonomia da determinação do rumo institucional, com João Paulo II na Santa Sé o poder católico mundial colocava a ênfase nas questões doutrinárias, impulsionava uma ética reguladora das relações familiares e sexuais e visava a restaurar o papel dos bispos na liderança de uma estrutura hierárquica. O alongamento da brecha entre os dois modelos eclesiais acarretou, de um lado, uma subterrânea discordância no campo das interpretações doutrinárias, da formação sacerdotal e do papel da Igreja na sociedade. Do outro, ocasionou uma série de desencontros da organização católica brasileira com o Vaticano. Na tentativa de modificar a fisionomia institucional da Igreja no Brasil, várias iniciativas do seu episcopado foram reprovadas pela Cúria Romana (ESQUIVEL, 2004, p. 213).

No entanto, mesmo com as mudanças e conflitos explicitados¹¹, há que se destacar o caráter reformista desta instituição religiosa, pois todas as mudanças apoiadas por ela giram em torno da sua ética cristã, em que se pode questionar o valor irrisório do salário, mas não se questiona o modo de produção. Em “que no limite, uma reforma de todo o conjunto da sociedade pretende instalar o capitalismo reformado ou sistema social cristão” (MANOEL, 1983, p. 55).

Ao pensar esse processo vinculado às mudanças e conflitos dentro da Igreja Católica brasileira, não podemos simplificar as análises e interpretações ou mesmo, projetá-las de forma idealista/romântica sob o viés da militância oriunda ou herdeira das ações progressistas. As contribuições do pesquisador Esquivel sugerem que

a nossa abordagem não pode responder apenas a um esquema bipolar, que concentra bispos “vaticanistas”, de um lado, e “autonomistas”, de outro. Até porque, na participação dos regionais e da mesma CNBB, os prelados atravessam um processo de simbiose, no qual incorporam sentimentos de pertença e colegialidade episcopal. O cada vez maior nível de comunicação entre os mandatários, mercê da institucionalização crescente de espaços de reunião, contribui para o entrosamento do corpo. A mecânica de funcionamento nas reuniões das Assembleias e dos diferentes Conselhos visa à integração das opiniões discordantes. A trabalhosa busca de consenso responde ao imperativo categórico da unidade eclesial – daí que os documentos episcopais se ma

¹¹ Para aprofundar a leitura sobre as ações do Vaticano frente o grupo episcopal brasileiro progressista, bem como o detalhamento e suas consequências, ou os grupos e movimentos estimulados pelo primeiro ver: ESQUIVEL, 2004, p. 213-218.

aprovados pela quase totalidade dos bispos. Esta consideração nos leva, sob um olhar sociológico, a atender para a especificidade da noção da diversidade dentro do campo católico, evitando-se, assim, cair em enfoques simplistas. As disputas por estabelecer qual é a missão da Igreja mais adequada em cada momento histórico, ou pelo controle do aparelho eclesiástico, desenvolvem-se no interior de um consenso ancorado na preservação da engrenagem institucional. (ESQUIVEL, 2004, p. 217).

Dentro dessa análise, há um consenso autoimposto institucionalmente e podemos observar que parte da hierarquia da Igreja Católica “carrega em si como um precioso legado de seu próprio passado” (ROMANO, 1979, p.251) uma busca da normalidade, avessa à desordem que setores populares e progressistas articulam dentro e fora da sua estrutura institucional. A manutenção da unidade institucional é uma das essências da instituição católica.

Considerações finais

As formulações oriundas da Teologia da Libertação estão associadas às mudanças decorrentes do contexto latino-americano a partir da década de 1960, a constituição das ditaduras estimuladas pelos EUA e aos movimentos sociais contestatórios.

Nesse sentido, como expressão da realidade e da conjuntura da época, as mudanças se fizeram necessárias dentro da estrutura da Igreja e na sua relação com a sociedade e ficaram associadas concomitantemente ao “endurecimento” da ditadura militar a partir de 1968, com o AI-5, e às novas formulações teológicas e aos documentos oficiais decorrentes do Concílio Vaticano II (1962-1965), bem como às Conferências Episcopais Latino-Americanas em Medellín (1968) e em Puebla (1979).

O contexto latino-americano, assim como a Teologia da Libertação, serviu à Igreja Católica e à sua hierarquia progressista como subsídio para lutar contra a ditadura e norteou todo um processo histórico marcado pela participação popular na conquista de caminhos para a democracia.

No campo das Ciências Sociais, as teorias vinculadas ou derivadas das teses de Karl Marx e Friedrich Engels tiveram grande relevância na formulação do pensamento e da Teologia da Libertação, desencadeando em uma práxis político-social da esquerda católica. As contribuições do pensamento marxista estavam presentes nos movimentos populares conduzidos por estudantes, trabalhadores rurais e da indústria, sindicalistas, partidos políticos e líderes religiosos.

A influência da Teologia da Libertação para o cristianismo latino-americano foi evidente, resultando na concretização do viés progressista e possibilitando uma metodologia de intervenção político-social que contou com os mais diferentes setores da sociedade, em um momento específico em que as ações dos ditadores se colocavam contrária a todo e qualquer movimento denominado, por eles, como subversivo.

Dessa maneira, podemos concluir que a formulação da Teologia da Libertação não ocorreu por acaso. Pelo contrário, está ligada diretamente aos acontecimentos históricos, políticos e sociais na América Latina. Não foi marcada pela predominância no campo religioso, limitando-se a uma parcela católica e protestante. Seus líderes religiosos, bem como os participantes das CEBs, estavam presentes nos diversos setores da sociedade e contribuíram para fomentar os processos contestatórios e a mobilização popular frente às demandas societárias e a defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948).

No entanto, foi uma maneira de afirmação no campo religioso latino-americano a partir de uma ruptura com uma teologia européia que vigorava há séculos, possibilitando a participação de novos atores, clérigos ou leigos, (re)formulando o campo religioso com a complementação de ferramentas de outros campos, como o científico e o político, em um período regido pela arbitrariedade dos militares.

Referências:

ARNS, Paulo Evaristo. Entrevista realizada na Igreja do Largo do São Francisco sobre a Igreja Católica em São Paulo e a ditadura militar. São Paulo, 17 dez. 1998. In: LANZA, Fabio, 2001. **A Ditadura Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica Arquidiocese de São Paulo (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp. Franca SP, 1998.

_____. Entrevista sobre O São Paulo na Igreja do Largo do São Francisco. São Paulo, 12 jul, 2001. Concedida ao pesquisador Fabio Lanza.

BEOZZO, Pe. José Oscar. História da Igreja no Brasil. In: ARNS, Cardeal Paulo Evaristo. **O que é Igreja**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BERNARDINO, Angélico Sândalo. Entrevista na Residência Episcopal em 15 de outubro de 1999 sobre a Igreja Católica em São Paulo e a ditadura militar. In: LANZA, Fabio. **A Ditadura Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica Arquidiocese de São Paulo (1964-1985)**. 2001. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp. Franca, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ESQUIVEL, Juan Cruz. Da sociedade política à sociedade civil: a presença pública da Igreja Católica brasileira: num período de instabilidade política (1952-2004). **Projeto História – Cultura e Poder – O golpe de 1964: 40 anos depois**. São Paulo: n. 29 – tomo 1, p. 197-221, 2004.

CNBB, 1974. **Marginalização de um povo**. Documento dos Bispos do Centro-Oeste (6 maio 1973). Sedoc n. 6, Petrópolis, Vozes.

KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LANZA, Fabio. **Matrizes ideológicas dos arcebispos paulistanos (1956-1985): um olhar sob o prisma do semanário O São Paulo**. 2006. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. **A Ditadura Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica Arquidiocese de São Paulo (1964-1985)**. 2001. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp. Franca.

LÖWY, Michael. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANOEL, Ivan A. **Ecos do Passado: catolicismo e política**. Perspectiva, São Paulo: n. 6, p. 49-56, 1983.

- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MORAIS, J. F. R. **Os Bispos e a Política no Brasil: pensamento social da CNBB**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.
- O SÃO PAULO – MANCHETE, 1980, ano XXIV, n. 1.259, 25 abr. p. 1.
- O SÃO PAULO – Espaço Jovem, 1972 ano XVII, n. 856, 1 jul: 5.
- ONU, Organização das Nações Unidas, 1948. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 27 abr. 2010.
- PEREIRA, Antônio Aparecido. Entrevista realizada sobre O São Paulo na Cúria Arquidiocesana de São Paulo. São Paulo: 11 jul, 2001.
- QUEIROZ, Antônio Celso de, 1999. Entrevista realizada na Cúria Episcopal do Ipiranga em 17 dez. 1999 sobre a Igreja Católica em São Paulo e a ditadura militar. In: LANZA, Fabio. **A Ditadura Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica Arquidiocese de São Paulo (1964-1985)**. 2001. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp. Franca.
- ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado: crítica ao populismo católico**. São Paulo: Kairós, 1979.
- SINGER, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo: O povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SZACHI, Jerzy. **As Utopias ou a Felicidade Imaginada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- VIEIRA, Benedicto Ulhôa. Entrevista realizada na Arquidiocese de Uberaba (MG) em 24 jan. 2000 sobre a Igreja Católica em São Paulo e a ditadura militar. In: LANZA, Fabio. **A Ditadura Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica Arquidiocese de São Paulo (1964-1985)**. 2001. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp. Franca.